



O RACISMO ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE PRÁTICAS E DESIGUALDADES

STRUCTURAL RACISM IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: THEORETICAL NOTES ON PRACTICES AND INEQUALITIES

Catiana Nery Leal. Doutoranda em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
catiananery@gmail.com

Maria de Fátima de Andrade Ferreira. Professora Plena na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
mfatimauesb@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute o racismo estrutural na educação física escolar, analisando como as práticas pedagógicas e docentes podem, intencionalmente ou não, contribuir para perpetuar ou desafiar as desigualdades raciais nas escolas. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e bibliográfica, permitindo uma análise aprofundada das discussões teóricas e das produções acadêmicas existentes sobre o tema do racismo estrutural na educação física escolar. Os resultados indicam que o racismo estrutural está profundamente enraizado nas instituições educacionais e se manifesta nas aulas de educação física, muitas vezes reforçando estereótipos raciais e comportamentos discriminatórios. Diante dessa perspectiva, destacamos a necessidade de um engajamento coletivo dos professores para identificar e combater práticas racistas, com foco na reflexão crítica sobre o racismo estrutural tanto entre docentes quanto entre estudantes. O estudo sugere que as escolas adotem estratégias inclusivas, incorporando o combate ao racismo de forma transversal no currículo, para promover um ambiente educacional mais justo e igualitário.

ABSTRACT

This article discusses structural racism in school physical education, analyzing how pedagogical and teaching practices can, intentionally or not, contribute to perpetuating or challenging racial inequalities in schools. The research followed a qualitative and bibliographical approach, allowing an in-depth analysis of theoretical discussions and existing academic productions on the topic of structural racism in school physical education. The results indicate that structural racism is deeply rooted in educational institutions and manifests itself in physical education classes, often reinforcing racial stereotypes and discriminatory behaviors. Given this perspective, we highlight the need for collective engagement by teachers to identify and combat racist practices, with a focus on critical reflection on structural racism among both teachers and students. The study suggests that schools adopt inclusive strategies, incorporating the fight against racism across the curriculum, to promote a fairer and more egalitarian educational environment.

Palavras-chave: racismo estrutural; educação física escolar; práticas pedagógicas.

Keywords: *Structural racism; School physical education; Pedagogical practices.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte teórico de uma pesquisa que investigou como o racismo estrutural se manifesta na educação física escolar. O objetivo foi analisar de que forma as práticas pedagógicas podem tanto reforçar como desafiar as desigualdades raciais nesse contexto. A pesquisa se baseia nas contribuições de autores como Almeida (2019), Cardoso e Rangel (2018), Gomes (2012), Munanga (2019), entre outros, que discutem as relações sociais no Brasil e o impacto do racismo nas práticas educacionais.

A justificativa para esse estudo está na necessidade de compreender como o racismo estrutural se reflete nas aulas de educação física, um espaço que deveria ser inclusivo e promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com análise crítica da literatura existente sobre o tema. Diante dessa perspectiva, o estudo propõe a necessidade de estratégias pedagógicas para tornar as aulas de educação física mais inclusivas e igualitárias, assegurando que todos os estudantes, independentemente da sua raça ou etnia, possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem e participação. Desse modo, a pesquisa buscou contribuir para a reflexão crítica sobre o racismo estrutural e suas implicações nas práticas pedagógicas da educação física escolar.

A educação física, como componente da educação escolar, oferece um espaço privilegiado para trabalhar questões de inclusão e diversidade, além de servir como uma ferramenta para o combate ao racismo estrutural. Como argumenta Gomes (2012), embora muitas vezes reforce estereótipos, a educação física também tem o potencial de promover mudanças sociais, especialmente quando os professores adotam uma abordagem crítica. Portanto, Silva (2020) destaca que a escola, ao refletir a sociedade, frequentemente reproduz desigualdades raciais, e a educação física

pode ajudar a desconstruir esses estereótipos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo.

Diante disso, a formação de professores, tanto inicial quanto continuada, é fundamental para que eles possam atuar de maneira crítica e inclusiva. Imbernón (2010) e Lopes (2011) defendem que a formação docente deve ir além dos conhecimentos técnicos da disciplina, incorporando a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas e estratégias para combater a discriminação racial. Ao repensar a educação física nessas dimensões, podemos criar espaços educacionais que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Munanga (2019) lembra que, para que a educação cumpra seu papel de promoção da equidade e inclusão, é essencial reconhecer e combater as práticas racistas presentes nas instituições educacionais. A persistência dessas práticas, sejam elas explícitas ou sutis, evidencia a necessidade urgente de repensar e reformular abordagens pedagógicas para combater o racismo e promover a equidade racial no ambiente escolar.

Por isso, é fundamental que uma nova cultura profissional do professor se pautar por critérios e valores de respeito e convivência com a diversidade. Para a escola e o professor, o desafio ainda é enorme. Contudo, será que pertence à educação, à escola e ao professor o papel primordial de promover a equidade e inclusão social? Provavelmente, sim. Um exemplo contemporâneo é a presença do futebol em ambientes populares, que não se restringe apenas a homens brancos e ricos. No entanto, conforme afirmam Silva e Paula (2020), pessoas negras são valorizadas principalmente por suas habilidades físicas e competência técnica, embora, em situações de tensão e competição, pessoas brancas ainda possam se sentir superiores e receber maior reconhecimento.

De acordo com Figueredo e Cruz (2021), o contexto histórico do Brasil é caracterizado por profundas desigualdades sociais, culturais e econômicas. A função social da escola é formar cidadãos capazes de intervir na vida pública, preparando os estudantes para que compreendam a realidade e se posicionem de forma crítica e autônoma (Perez Gomes, 2000). Portanto, é imprescindível que esses desafios sejam incorporados ao currículo escolar, especialmente na abordagem do futebol nas aulas

de Educação Física. A problematização das práticas de exclusão e do racismo presentes no futebol é essencial para a construção de relações mais justas, para a democratização desse esporte e da sociedade, e para o reconhecimento do legado dos povos negros no Brasil.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural opera de maneira sistêmica, reproduzindo desigualdades por meio das instituições e das normas sociais que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. No contexto educacional, essa lógica se manifesta em práticas pedagógicas excludentes, na desigualdade de oportunidades e na naturalização da marginalização de estudantes negros, dificultando seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Nesse contexto, é fundamental que os professores tenham conhecimentos sobre a Lei 10.639/03, para que possam abordá-la de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas. Cardoso e Rangel (2018) analisam como as práticas pedagógicas na educação física, muitas vezes, reforçam estereótipos e perpetuam desigualdades raciais, o que contraria os ideais de equidade. Em contraste, Gomes (2012) destaca a importância de adotar práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente conscientes, como formas de combater o racismo no ambiente escolar. A autora argumenta que a educação física deve ser um espaço onde as diferenças culturais sejam valorizadas e todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de participação e sucesso, independentemente de sua origem racial. Assim, Gomes sublinha a necessidade de uma abordagem pedagógica que reconheça e celebre a diversidade, promovendo uma educação antirracista.

Num texto intitulado “O racismo estrutural e a educação”, Munanga (2019) argumenta que o racismo estrutural vai além de comportamentos individuais, estando profundamente integrado às práticas e políticas institucionais que moldam as oportunidades e experiências dos indivíduos. Ele destaca que o combate ao racismo estrutural exige uma revisão crítica dessas práticas e políticas institucionais, que precisam ser transformadas para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Munanga (2019) observa que, no contexto educacional, o racismo estrutural se manifesta por meio de desigualdades sistemáticas que afetam a formação e o desenvolvimento dos estudantes, especialmente os negros. As instituições

educacionais, incluindo as escolas, frequentemente reproduzem e perpetuam essas desigualdades, contribuindo para a exclusão e marginalização dos estudantes negros. Essa exclusão ocorre não apenas através de práticas explícitas de discriminação, mas também por meio de normas e processos institucionais que favorecem os estudantes brancos e, muitas vezes, ignoram ou desvalorizam as culturas e experiências dos estudantes negros.

Munanga (2019) destaca que a educação deve ser um espaço de resistência e transformação contra o racismo estrutural. Ele argumenta que é necessário um esforço consciente para reformular as práticas educacionais, desde o currículo até a gestão das relações interpessoais na escola, para garantir que a diversidade racial seja valorizada e que todas as crianças tenham igual acesso às oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Com o objetivo de discutir e provocar uma reflexão crítica e trazer considerações para a problematização da temática proposta, este artigo está composto dos seguintes tópicos: “Contexto do racismo estrutural da educação brasileira”; “Práticas pedagógicas na educação física: inclusão ou exclusão?”; “Impactos psicossociais do racismo na educação física escolar”; “Formação continuada e sensibilização dos professores de educação física”; além desta “Introdução”, dos “Procedimentos Metodológicos” e das “Considerações Finais”.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este ensaio teórico caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica. De acordo com Minayo (2013), a pesquisa qualitativa privilegia a compreensão dos significados, valores e práticas sociais, focando em fenômenos que não podem ser reduzidos a dados estatísticos, mas que demandam interpretação e análise crítica.

Para alcançar os objetivos propostos, foram adotados procedimentos metodológicos baseados na revisão da literatura, a fim de construir um panorama

analítico sobre a temática investigada. Nesse sentido, foram consultadas fontes como livros, artigos científicos e dissertações disponíveis em bases de dados reconhecidas, tais como SciELO, *Google Acadêmico* e Periódicos CAPES.

A revisão bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2017), permite identificar, analisar e sistematizar o conhecimento já produzido sobre determinado tema, contribuindo para a fundamentação teórica da pesquisa. No nosso caso, contribuiu para a formulação de reflexões críticas sobre as manifestações do racismo estrutural na educação física escolar. Esse levantamento teórico possibilitou, portanto, a ampliação do horizonte de discussão, ao reunir diferentes perspectivas acadêmicas que abordam o racismo estrutural e suas implicações nas práticas pedagógicas.

3 CONTEXTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O racismo estrutural é um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas e instituições sociais, exercendo um impacto significativo, especialmente no sistema educacional. Almeida (2019) destaca que o racismo estrutural não se limita a atitudes ou comportamentos individuais, mas está integrado às práticas e políticas institucionais que perpetuam desigualdades raciais. No contexto educacional brasileiro, isso se reflete em práticas e políticas que frequentemente desconsideram as necessidades e realidades dos estudantes negros, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais.

O sistema educacional brasileiro, historicamente, tem sido um espaço onde as desigualdades raciais são evidentes e sistematicamente reforçadas. Almeida (2019) ressalta que o racismo estrutural se manifesta nas instituições através de normas e práticas frequentemente invisíveis, mas com impactos profundos sobre a vida dos estudantes negros. Isso se traduz em desigualdades no acesso a recursos, na qualidade da educação recebida e nas oportunidades oferecidas aos estudantes.

Exemplos claros dessa manifestação do racismo estrutural incluem a disparidade na infraestrutura escolar. Escolas localizadas em áreas

predominantemente negras frequentemente enfrentam condições precárias, com falta de recursos básicos e infraestrutura inadequada. Gomes (2012) corrobora que a qualidade da educação oferecida a estudantes negros muitas vezes é inferior àquela oferecida a seus pares brancos, devido a fatores como a escassez de materiais didáticos e a má conservação das instalações escolares.

Além disso, o currículo escolar frequentemente reflete uma visão eurocêntrica, desconsiderando as contribuições e histórias das culturas africanas e afro-brasileiras. Cardoso e Rangel (2018) argumentam que a educação física escolar, como parte desse currículo, perpetua estereótipos raciais e exclui as experiências culturais dos estudantes negros. Essa exclusão não apenas marginaliza os estudantes negros, mas também contribui para uma percepção distorcida e negativa de sua identidade e potencial.

Estudos apontam que o racismo estrutural afeta diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes negros no Brasil, criando barreiras que dificultam seu desempenho e avanço. Almeida (2019) destaca a discriminação por parte de professores e colegas, e a falta de suporte acadêmico e emocional adequado, o que se reflete nas altas taxas de evasão escolar e nas disparidades de desempenho entre negros e brancos. Gomes (2012) e Souza (2008) também indicam que o racismo institucional nas escolas, manifestado por práticas pedagógicas que desconsideram a cultura e história dos estudantes negros, contribui para essas desigualdades, limitando as oportunidades de ascensão social e perpetuando ciclos de exclusão.

Para enfrentar o racismo estrutural na educação, é necessário um compromisso com a reforma das práticas e políticas educacionais. Isso inclui a implementação de políticas públicas que garantam recursos adequados para todas as escolas, a revisão do currículo para incluir uma representação justa das culturas e histórias afro-brasileiras e a formação continuada dos educadores para reconhecer e combater as próprias crenças e práticas racistas.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?

As práticas pedagógicas na educação física escolar desempenham um papel crucial na formação dos valores e comportamentos dos estudantes, especialmente em relação à inclusão e ao combate ao racismo estrutural. Essas abordagens podem tanto reforçar quanto desafiar as desigualdades raciais existentes.

Silva (2020) e Pino (2021) destacam que muitos currículos e metodologias ainda carregam traços de discriminação racial, muitas vezes de forma sutil. No fundo, o que está em causa são os valores dominantes que constroem crenças e aspirações que formulam diferentes formas de preconceitos, discriminação e exclusão do outro – o diferente, pela raça/etnia, cor da pele, tipo de cabelo, dentre outros marcadores sociais da diferença. Contudo, o ensino é uma prática social, não porque se formaliza na interação entre professores e estudantes, mas também porque, inevitavelmente, os participantes do processo de ensinar e aprender refletem a cultura e contextos sociais a que pertencem, trocam saberes, vivenciam experiências.

A educação física escolar, como um exemplo de prática social e de relações de interação e, como componente curricular, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes. No entanto, a maneira como as atividades esportivas são selecionadas e implementadas nas escolas pode, muitas vezes, perpetuar estereótipos raciais que limitam a participação equitativa e o desenvolvimento integral dos estudantes. A prevalência de certos esportes e a associação deles com estereótipos raciais não apenas reforçam preconceitos, mas também marginalizam outras modalidades, criando um ambiente educacional que não valoriza a diversidade de habilidades e interesses.

Silva (2020) destaca que a centralidade do futebol nas aulas de educação física pode reforçar estereótipos raciais, especialmente quando esse esporte é associado a uma suposta aptidão natural de estudantes negros. No contexto brasileiro, essa visão reduz as possibilidades de escolha e desenvolvimento esportivo desses alunos, limitando-os a práticas tradicionalmente vinculadas a sua identidade racial. Esse fenômeno contribui para a perpetuação da ideia de que determinados esportes são inerentes a certos grupos raciais, desconsiderando a diversidade de habilidades e interesses individuais. Assim, a ênfase no futebol como uma vocação "natural" não apenas restringe as oportunidades de experimentação de outras modalidades

esportivas, mas também reforça desigualdades ao cristalizar papéis sociais baseados na raça, em vez de promover um ambiente inclusivo e diversificado.

Essa supervalorização de certas modalidades em detrimento de outras também pode restringir a exposição dos estudantes a uma variedade de experiências esportivas, limitando seu desenvolvimento integral. Cardoso e Rangel (2018) discutem como práticas pedagógicas que privilegiam determinadas atividades podem, inadvertidamente, manter e reforçar estereótipos raciais, ao passo que modalidades esportivas não tradicionais, que poderiam oferecer novas oportunidades de aprendizado, são negligenciadas. Isso resulta em um currículo empobrecido, por meio do qual a educação física não cumpre seu potencial de ser um espaço de inclusão e valorização da diversidade.

Gomes (2012) ressalta a importância de práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente conscientes na educação física, que considerem a diversidade cultural e racial presente nas escolas. A educação física deve ser um espaço onde todos os estudantes, independentemente de sua raça ou etnia, tenham a oportunidade de explorar uma ampla gama de atividades, desenvolvendo-se plenamente em um ambiente que respeite e valorize suas identidades. Isso exige uma reformulação das práticas pedagógicas, para que não apenas evitem a reprodução de estereótipos, mas também promovam ativamente a equidade e a inclusão.

Além disso, Munanga (2019) argumenta que o racismo estrutural presente nas práticas e políticas institucionais influencia diretamente as oportunidades e experiências dos indivíduos, incluindo as aulas de educação física. Esse racismo estrutural manifesta-se na forma como as atividades são escolhidas e ensinadas, frequentemente refletindo preconceitos que são profundamente enraizados nas estruturas sociais e institucionais. Para combater esses estereótipos e promover uma educação física verdadeiramente inclusiva, é necessário um esforço consciente de professores e gestores escolares para reavaliar e transformar as práticas pedagógicas, garantindo que todos os estudantes possam participar e se beneficiar igualmente das atividades oferecidas.

Em suma, a educação física escolar tem o potencial de ser um espaço transformador, capaz de promover a equidade racial e a valorização da diversidade.

No entanto, isso só será possível se as práticas pedagógicas forem cuidadosamente revisadas para evitar a perpetuação de estereótipos raciais e promover uma educação física inclusiva e culturalmente sensível. Ao desafiar essas práticas e estereótipos, a educação física pode contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes, preparados para atuar em uma sociedade plural e diversa.

Silva (2020) aponta que a predominância de esportes como o futebol, frequentemente associados a estereótipos raciais, pode criar um ambiente onde as habilidades e interesses dos estudantes negros são estereotipados e supervalorizados, enquanto outras modalidades são marginalizadas. Essa preferência por certas atividades não só reforça estereótipos, mas também limita a diversidade de experiências oferecidas aos estudantes.

Além disso, a forma como os estudantes são agrupados e avaliados pode refletir e reforçar desigualdades raciais. Pino (2021) observa que a prática comum de agrupar indivíduos com base em habilidades percebidas pode contribuir para a segregação racial, colocando estudantes negros em atividades menos prestigiadas ou desafiadoras. Essa segregação limita as oportunidades de desenvolvimento e perpetua a ideia de que esses estudantes são menos capazes, reforçando preconceitos implícitos.

Para promover a inclusão e combater o racismo estrutural, é necessário reformular as práticas pedagógicas na educação física. Lino (2019) enfatiza a importância de uma abordagem que valorize todas as culturas e habilidades, revisando o currículo para incluir uma gama mais ampla de esportes e atividades e oferecendo formação continuada para os professores, a fim de ajudá-los a reconhecer e desafiar as próprias crenças e práticas discriminatórias.

Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar a educação como uma prática de amplo diálogo e debate social, e a inclusão deve ser uma prática intencional. Um currículo de educação física verdadeiramente inclusivo deve considerar a diversidade cultural dos estudantes. Pino (2021) sugere que implementar atividades acessíveis e relevantes para todos é crucial para garantir oportunidades equitativas de participação e desenvolvimento, livre de estereótipos raciais ou preconceitos implícitos. As práticas pedagógicas na educação física têm o potencial de ser tanto um instrumento de

inclusão quanto de exclusão, e a análise crítica dessas abordagens é essencial para identificar e corrigir desigualdades.

5 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO RACISMO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O racismo estrutural é um fenômeno fortemente enraizado nas estruturas sociais e institucionais, afetando diversas esferas da vida, incluindo a educação. Na educação física escolar, esse tipo de racismo manifesta-se de formas que muitas vezes passam despercebidas, mas que têm consequências significativas para o desenvolvimento dos estudantes, especialmente os de origem negra e outras minorias raciais.

A educação física, como componente do currículo escolar, deveria ser um espaço de promoção da inclusão, do respeito à diversidade e do desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, práticas pedagógicas excludentes e a reprodução de estereótipos raciais têm demonstrado o contrário, perpetuando desigualdades e exclusões.

Assim, entendemos que o racismo estrutural na educação física pode ser observado em diversas práticas, desde a seleção de conteúdos até as interações cotidianas entre professores e estudantes. Cardoso e Rangel (2018) destacam que algumas práticas pedagógicas tendem a reforçar estereótipos raciais, como a associação de determinadas habilidades físicas a certos grupos raciais, o que limita as oportunidades de aprendizado e participação equitativa de todos os estudantes. Esses estereótipos não apenas restringem o potencial de desenvolvimento dos estudantes negros, mas também perpetuam a visão de que suas capacidades são determinadas por sua raça, uma ideia que é profundamente prejudicial e infundada.

Além disso, a falta de representatividade e sensibilidade cultural no planejamento e na execução das aulas de educação física contribui para a exclusão de estudantes de minorias raciais. Gomes (2012) argumenta que é fundamental que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e culturalmente conscientes, promovendo

um ambiente onde todos os estudantes se sintam valorizados e tenham as mesmas oportunidades de sucesso. No entanto, a realidade muitas vezes mostra que a educação física nas escolas brasileiras continua a reproduzir uma visão eurocêntrica, ignorando a rica diversidade cultural do país e, conseqüentemente, marginalizando estudantes que não se encaixam nesse padrão.

Munanga (2019) afirma que o racismo estrutural vai além das atitudes individuais, estando enraizado nas práticas e políticas institucionais que moldam as oportunidades e experiências dos estudantes. No contexto da educação física, isso se traduz em uma série de desafios que incluem desde a falta de formação adequada dos professores para lidar com questões de diversidade racial, até a ausência de políticas escolares que promovam ativamente a inclusão e o combate ao racismo. Essa estrutura racista perpetua desigualdades ao criar barreiras invisíveis, mas poderosas, que limitam as chances de sucesso acadêmico e social dos estudantes negros.

Para combater o racismo estrutural na educação física escolar, é necessário um esforço conjunto que envolva a reformulação das práticas pedagógicas, a capacitação dos educadores e a implementação de políticas públicas que promovam a equidade racial. A adoção de currículos que valorizem a diversidade cultural e racial, a inclusão de conteúdos que discutam a história e a cultura afro-brasileira e a criação de espaços de diálogo sobre questões raciais são passos fundamentais para transformar a educação física em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Em síntese, o racismo estrutural na educação física escolar representa um desafio significativo para a promoção da equidade e do desenvolvimento integral dos estudantes. Superar esse desafio exige um compromisso com a justiça social, a inclusão e a valorização da diversidade, princípios que devem orientar todas as práticas educacionais. Somente assim será possível construir uma educação física escolar que cumpra seu papel de formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de atuar em uma sociedade plural e diversa.

Desse ponto de vista, o racismo estrutural, ao permear diversos aspectos da vida social, exerce impactos profundos e abrangentes na saúde mental e no desenvolvimento dos estudantes negros. Na educação física escolar, essas

consequências são particularmente visíveis, afetando não apenas o bem-estar emocional dos estudantes, mas também seu desempenho e engajamento nas atividades propostas.

O conceito de racismo estrutural refere-se às formas sistêmicas e institucionalizadas de discriminação enraizadas nas estruturas sociais e políticas. Almeida (2019) argumenta que esse tipo de racismo está incorporado em normas e práticas institucionais que perpetuam desigualdades. Na educação física, isso pode se manifestar em práticas pedagógicas que não reconhecem ou abordam as necessidades e realidades dos estudantes negros, levando a efeitos psicossociais adversos.

Souza (2008) demonstra que a exposição contínua ao racismo estrutural pode resultar em altos níveis de estresse e ansiedade entre estudantes negros. Esses impactos são exacerbados por experiências de discriminação e exclusão dentro da escola, o que pode afetar negativamente a autoestima e a motivação dos estudantes. A sensação de não pertencimento e a falta de reconhecimento podem levar ao desengajamento nas atividades físicas e a uma menor participação nas oportunidades oferecidas.

Além disso, a ausência de modelos e referências positivas pode contribuir para uma percepção distorcida das próprias habilidades e potencial dos estudantes negros. Ferreira (2022) destaca que a falta de representação e valorização das experiências culturais dos estudantes negros na educação física pode levar a sentimentos de inferioridade e exclusão. Esses sentimentos podem impactar a saúde mental dos estudantes e influenciar negativamente seu desempenho acadêmico e social.

Para mitigar esses impactos, é fundamental adotar práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o respeito pela diversidade cultural. A implementação de estratégias que valorizem as experiências e habilidades de todos os estudantes, independentemente de sua raça, pode ajudar a criar um ambiente mais equitativo e acolhedor. Além disso, a formação contínua dos professores é essencial para garantir que eles estejam preparados para identificar e combater práticas discriminatórias e promover um ambiente de aprendizado positivo e inclusivo.

6 FORMAÇÃO CONTINUADA E SENSIBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A formação continuada e a sensibilização dos professores de educação física são elementos essenciais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e conscientes em relação à diversidade racial nas escolas. No contexto educacional brasileiro, marcado por um histórico de desigualdades e exclusões, a necessidade de capacitar os profissionais da educação para lidar com questões étnico-raciais se torna ainda mais urgente.

Como destacam Candau e Moreira (2003), a formação continuada é uma necessidade para que os educadores possam adaptar suas práticas ao contexto sociocultural dos estudantes, reconhecendo e valorizando a diversidade. A formação continuada, entendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional, é fundamental para que os professores atualizem seus conhecimentos e reflitam criticamente sobre suas práticas pedagógicas, especialmente no que tange à inclusão de estudantes de diferentes origens étnico-raciais. Para Gomes (2012), a educação escolar precisa ser reconfigurada para atender às demandas de uma sociedade multicultural, e isso só é possível através de uma formação continuada que promova a compreensão crítica das relações étnico-raciais.

Diante dessa perspectiva, o papel do professor de educação física transcende o ensino de habilidades motoras e a promoção da saúde física; ele também é um agente social e cultural, responsável por mediar as interações entre os estudantes e promover um ambiente de respeito e valorização das diferenças. De acordo com Oliveira e Carvalho (2015), a prática pedagógica em educação física deve ser orientada por princípios de equidade e justiça social, o que exige do professor uma formação que inclua o debate sobre as relações de poder e opressão no ambiente escolar.

A Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, destaca a importância de formar professores preparados para abordar questões raciais de maneira crítica e transformadora. No

entanto, a efetividade dessa legislação depende diretamente da formação continuada dos professores, que muitas vezes não receberam, em sua formação inicial, uma preparação adequada para tratar dessas temáticas. Munanga (2005) destaca que a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar é um passo importante, mas insuficiente sem a preparação adequada dos professores para lidarem com o conteúdo de forma crítica.

A sensibilização dos professores, portanto, não se resume a um simples treinamento técnico, mas envolve um processo de conscientização profunda sobre o papel da educação na reprodução ou superação das desigualdades raciais. Como ressaltam Ribeiro e Silva (2017), a formação continuada deve abordar não apenas o conteúdo curricular, mas também as práticas pedagógicas e as atitudes dos professores em relação à diversidade étnico-racial.

Nesse sentido, a formação continuada deve ser planejada de maneira que os professores de educação física possam compreender as diferentes dimensões do racismo desde suas manifestações mais sutis até as formas mais explícitas de discriminação e, a partir desse entendimento, reavaliar suas práticas pedagógicas. Programas de formação que promovem discussões sobre identidade, cultura e diversidade racial, além de oferecerem estratégias pedagógicas concretas para a promoção da equidade, são essenciais para que os professores estejam aptos a atuar de forma propositiva e inclusiva. Como afirma Tardif (2014), a formação continuada deve ser um espaço de reflexão e transformação, para que os professores possam desenvolver novas competências para enfrentarem os desafios da diversidade na escola.

Desse modo, a sensibilização dos professores também deve ser vista como um processo contínuo de reflexão e autocrítica. Isso implica reconhecer e questionar os próprios preconceitos e estereótipos, muitas vezes naturalizados, que podem influenciar negativamente o tratamento dado aos estudantes negros e de outras minorias raciais. Como aponta Souza (2008), a desconstrução de preconceitos é um dos maiores desafios na formação de professores para a diversidade, e exige um trabalho contínuo de sensibilização e conscientização.

A formação continuada deve, portanto, promover espaços de diálogo e troca de experiências, onde os professores possam compartilhar desafios e seus avanços, e construir coletivamente novas abordagens pedagógicas que favoreçam a inclusão e o respeito à diversidade. Como destaca Imbernón (2010), a formação continuada deve ser compreendida como um processo colaborativo, no qual os professores aprendem uns com os outros por meio da troca de experiências e da reflexão coletiva sobre suas práticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo estrutural na educação física escolar revela que práticas pedagógicas, muitas vezes, perpetuam desigualdades raciais e exclusão. É fundamental reconhecer que o racismo estrutural não é apenas uma questão de atitudes individuais, mas está embutido nas práticas e políticas institucionais que moldam as oportunidades e experiências dos estudantes.

Para enfrentar esse desafio, é necessário um compromisso institucional com a reforma das práticas pedagógicas e curriculares. A adoção de estratégias que promovam a inclusão, o respeito pela diversidade e o reconhecimento das experiências culturais dos estudantes negros é crucial para criar um ambiente escolar mais justo e equitativo. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir que eles possam identificar e desafiar práticas discriminatórias e promover um ensino que valorize todas as identidades culturais.

Ao implementar essas mudanças, podemos avançar na construção de um sistema educacional que não apenas reconheça e desafie o racismo estrutural, mas também promova um ambiente de aprendizado inclusivo e equitativo para todos os estudantes. O compromisso com a reforma e a inclusão é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente livre de preconceitos e desigualdades.

No entanto, os resultados dessa discussão e reflexão crítica sobre o racismo estrutural nas aulas de educação física mostram que, para provocar transformação nas práticas pedagógicas, é preciso integrar novos conhecimentos que impõem uma dinâmica que exige um compromisso consciente e contínuo de todas as pessoas envolvidas na educação, desde os professores até os formuladores de políticas públicas. Assim, somente através de uma educação física que reconheça e celebre a diversidade é que se poderá garantir o pleno desenvolvimento e participação de todos os estudantes, independentemente de sua raça ou etnia, e prevenir, coibir, combater o racismo estrutural que se entranha nas relações sociais e escolares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1 ed. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. 136 p. (Coleção Feminismos Plurais). Disponível em: <https://editorialmente.com.br/colecao/feminismos-plurais/racismo-estrutural/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flavio. **Multiculturalismo e educação: desafios e possibilidades**. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: <https://vozes.com.br/multiculturalismo-e-educacao>. Acesso em: 12 set. 2024.

CARDOSO, Claudia Pons; RANGEL, Egmar A. S. Educação Física, Esporte e Racismo: Diálogos e Desafios. In: **Educação e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2018. Disponível em: <https://autoresassociados.com.br/educacao-e-sociedade>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FERREIRA, João Carlos. **Representação e valorização das experiências culturais na educação física: impactos na saúde mental e desempenho dos estudantes**. São Paulo: Editora ABC, 2022. Disponível em: <https://www.editoraabc.com.br/representacao-valorizacao-educacao-fisica>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FIGUEREDO, Maria Clara; CRUZ, José Antônio. **Desigualdades sociais, culturais e econômicas no Brasil: uma análise histórica**. São Paulo: Editora Hólos, 2021. Disponível em: <https://www.editora-holos.com.br/desigualdades-brasil>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores.** São Paulo: Autêntica, 2012. Disponível em: <https://autenticaeditora.com.br/livro/educacao-identidade-negra>. Acesso em: 18 ago. 2024.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LINO, Fernanda. **Diversidade e Práticas Pedagógicas na Educação Física Escolar.** Belo Horizonte: Editora DEF, 2019. Disponível em: <https://editoradef.com.br/diversidade-e-praticas-pedagogicas-na-educacao-fisica-escolar>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. Formação continuada de professores: um olhar colaborativo para a prática pedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 303-319, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/33338/36095>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MUNANGA, Kabengele. O racismo estrutural e a educação. In: SILVA, Maria Clara; OLIVEIRA, Pedro Henrique (Org.). **Educação e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Editora Educação e Sociedade, 2019. p. 45-67. Disponível em: <https://educacaoesociedade.com.br/o-racismo-estrutural-e-a-educacao>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Ana Paula; CARVALHO, José Roberto. Educação Física e justiça social: uma abordagem crítica para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 223-238, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/105698/104234>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PÉREZ GOMES, António. **As funções do professor: a formação do professor como profissional reflexivo.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINO, Ana Clara. **Desigualdades e Inclusão na Educação Física: uma análise crítica.** Rio de Janeiro: Editora ABC, 2021.

RIBEIRO, Luciana; SILVA, Paulo. Formação continuada e relações étnico-raciais: desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 569-587, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educsoc/article/view/235065>. Acesso em: 1 set. 2024.

SILVA, Marcos; PAULA, Ana Clara. **Valorização e reconhecimento na educação física**: diferenças de percepção entre grupos étnicos. São Paulo: Editora ABC, 2020. Disponível em: <https://www.editora-abc.com.br/valorizacao-reconhecimento-educacao-fisica>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, Marcos. **Educação Física e Diversidade**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora DEF, 2020. Disponível em: <https://www.editora-def.com.br/educacao-fisica-diversidade>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SOUZA, Vera Lúcia. Formação de professores para a diversidade étnico-racial: desafios e perspectivas. **Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 47-65, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.